



## A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO DA RECONSTRUÇÃO DE CIDADES: O CASO DE SÃO LUÍZ DO PARAITINGA

VILLASBÔAS CAVALCANTI, GRAZIELLI (1); ALMEIDA MEDEIROS, ANA ELISABETE DE (2)

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de Brasília. Teoria e História  
[vgrazielli@gmail.com](mailto:vgrazielli@gmail.com)
2. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de Brasília. Teoria e História  
[ana@unb.br](mailto:ana@unb.br)

### RESUMO

A reconstrução de cidades em contextos de necessidade estabelecida coloca questões a respeito das posturas de intervenção que se complexificam quando o objeto da destruição é considerado patrimônio cultural. Neste cenário, como entender a preservação do patrimônio cultural no contexto da destruição e reconstrução de São Luíz do Paraitinga? Visando entender a questão, este trabalho se desenvolve em duas partes. A primeira relata posturas da prática preservacionista e trata do conceito de reconstrução nas Cartas Patrimoniais, inserindo o tema no debate da autenticidade. Em seguida, explora, no âmbito das diretrizes do IPHAN, como é encarado o processo de reconstrução de cidades brasileiras patrimônio cultural, e investiga a existência de manual a ser seguido em caso de reconstrução. A segunda parte aborda o caso de São Luíz de Paraitinga em três etapas: Contextualização – Destruição – Reconstrução. A “Contextualização” explica os antecedentes à destruição, revelando a situação da cidade no âmbito do Patrimônio Cultural, sua importância e características. A “Destruição” ilustra o evento ocorrido. Por fim, a “Reconstrução” compreende os objetivos dos planos de reconstrução, analisando critérios dentro da esfera metodológica e de decisões de projeto e como tais medidas foram implantadas na realidade do processo de reconstrução, durante os quatro anos pós-desastre.

**Palavras-chave:** Reconstrução; desastre; São Luíz do Paraitinga

### Abstract

*The reconstruction of cities in contexts of established need raises questions about the intervention postures that are complex when the object of destruction is considered cultural heritage. In this scenario, how to understand the preservation of cultural heritage in the context of the destruction and reconstruction of São Luíz do Paraitinga? In order to understand this issue, this work is developed in two parts. The first reports postures of preservationist practice and deals with the concept of reconstruction in the Patrimonial Letters, inserting the theme in the debate of authenticity. It then explores, within the scope of the IPHAN guidelines, how the process of reconstruction of Brazilian cities cultural heritage is seen, and investigates the existence of a manual to be followed in case of reconstruction. The second part addresses the case of São Luíz de Paraitinga in three stages: Contextualization - Destruction - Reconstruction. The "Contextualization" explains the antecedents to destruction, revealing the situation of the city within the scope of cultural heritage, its importance and characteristics. "Destruction" illustrates the event that occurred. Finally, "Reconstruction" comprises the objectives of reconstruction plans, analyzing criteria within the methodological sphere and project decisions and how such measures were implemented in the reality of the reconstruction process during the four years after the disaster.*

**Keyword:** Reconstruction; disaster; São Luíz of Paraitinga

## INTRODUÇÃO

**Reconstruir** significa construir novamente, reformar, reestruturar, recompor (SCOTTINI, 1998). De acordo com a Carta de Burra de 1980, reconstrução é:

*“[...] o restabelecimento, com o máximo de exatidão, de um estado anterior conhecido; ela se distingue pela introdução na substância existente de materiais diferentes, sejam novos ou antigos. A reconstrução não deve ser confundida, nem com a recriação, nem com a reconstituição hipotética, ambas excluídas do domínio regulamentado pelas presentes orientações.”*  
(CURY, 1995: p. 283).

O processo de reconstrução – seja ele interpretado como **necessidade estabelecida** ou **possibilidade criada** – pressupõe inicialmente o ato de destruição<sup>1</sup>, seja destruição parcial ou total do objeto. No que tange o objeto de estudo em questão – cidade – a destruição pode ser desencadeada basicamente por **impactos ambientais**<sup>2</sup> ou **fenômenos naturais**<sup>3</sup>. Segundo a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), os impactos ambientais podem ser classificados em **diretos** ou **indiretos** no que diz respeito às características de ordem (MOREIRA, 1985: p. 4). Impacto ambiental direto é aquele que resulta de uma ação humana através da simples relação de causa e efeito. Impacto ambiental indireto é aquele que resulta de uma ação humana através de uma reação secundária em relação à ação, ou quando é parte de uma cadeia de reações.

Levando em consideração esse contexto de destruição, que afeta todas as esferas – social, econômica, política e cultural – de uma população, as causas de uma reconstrução podem vir de **processos propositalmente criados**; ou de **processos contingentes**. Em termos gerais, processos propositalmente criados caracterizam-se por medidas<sup>4</sup> que visam o estrago do objeto para o estabelecimento de futura reconstrução. A ideia de reconstrução pensada como **renovação** se aplica adequadamente a esses referidos processos, uma vez que prega a destruição de algo considerado ruim, desagradável ou imperfeito para reconstruir tal objeto de forma inovadora e distinta. Essa percepção de **possibilidade criada** é ratificada no

---

<sup>1</sup> Processo entendido como demolir, devastar, derrotar, exterminar, segundo Dicionário escolar da Língua Portuguesa. (SCOTTINI, 1998).

<sup>2</sup> Qualquer alteração significativa no meio ambiente provocada por ação humana. (MOREIRA, 1995).

<sup>3</sup> Acontecimento não artificial, ou seja, que ocorre sem a intervenção humana. (MOREIRA, 1995).

<sup>4</sup> Medidas estas estabelecidas pelo homem; a natureza não é agente. (MOREIRA, 1995).

início do século XX pelo Manifesto Futurista, o qual corrobora a prática da tábula rasa do passado e de cada forma de expressão tradicional, a fim de exaltar o futuro e os valores atribuídos aos avanços tecnológicos (ALMEIDA, 2013: p.156). Mas, não só os futuristas vislumbravam na destruição proposital uma possibilidade de realizar o diferente e o novo. Antes mesmo deles, no final do século XIX, imbuído pelas ideias urbanistas de transformação e expansão, Haussmann idealizou para Paris um plano que resultaria em muitas edificações demolidas dando lugar a grandes eixos de circulação. Em meados do século XX, foi a vez do próprio Le Corbusier explorar a ideia da tábula rasa e propor mudanças na malha urbana parisiense, por meio de um projeto que previa a destruição do antigo centro de Paris, a implantação de grandes áreas livres, altas densidades, unidades de vizinhança e separação entre veículos e pedestres, criando uma cidade que representasse 'o espírito da época', como ele mesmo chamava. Conhecida como *Plan Voisin*, a proposta do arquiteto modernista não saiu da prancheta. Contrariamente aos propositalmente criados, os processos contingentes são todos os outros acontecimentos que não são esperados por aqueles que sofrem a destruição como as guerras, as enchentes ou os mais variados fenômenos naturais. Aqui, a reconstrução é encarada como uma necessidade estabelecida.

A reconstrução de cidades em contextos de necessidade estabelecida já coloca muitas questões a respeito das posturas de intervenção, afinal, pressupõe elaboração e planejamento de um objeto urbano que já existiu; a possível consideração da presença, mesmo que imaterial, de herança histórica e cultural entrelaçada aos contextos social, econômico e político; e a possibilidade de melhorar certos aspectos da vida urbana. Possivelmente, as causas da reconstrução desempenham um papel importante na avaliação dos critérios estabelecidos assim como nas escolhas projetuais. Essas questões se complexificam quando o objeto da destruição é considerado patrimônio cultural, sobretudo por conta da autenticidade, tão cara à prática preservacionista.

No contexto mundial, o Patrimônio Cultural é composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham um excepcional e universal valor histórico, estético,

arqueológico, científico, etnológico ou antropológico<sup>5</sup>. No cenário nacional, a Constituição Federal Brasileira, de 1988, define Patrimônio Cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

No contexto patrimonial, um assunto muito discutido e estudado é o da autenticidade. Não são recentes as indagações sobre o tema, no que tange o bem cultural ser autêntico ou não após uma intervenção de justificativa patrimonial. A autenticidade foi alvo, tanto direto como indireto, das teorias iniciais de Restauro, sendo questionada, por exemplo, por Camillo Boito e Cesare Brandi. Na esfera prática, chegou ao âmbito das Cartas Patrimoniais, apareceu na primeira carta – a de Veneza – de forma mais sutil e foi pauta principal nas Cartas de Nara e de Brasília.

Definidos os conceitos de reconstrução como necessidade estabelecida, de patrimônio cultural nos âmbitos nacional e internacional e mesmo da relação entre autenticidade e patrimônio, é possível, então, indagar: **Como entender a questão da preservação do patrimônio cultural no contexto da destruição e reconstrução de cidades?**

Uma vez que a herança patrimonial desapareceu fisicamente, quais seriam os critérios abordados, a metodologia utilizada, bem como as decisões de projeto tomadas para reconstruir o intangível<sup>6</sup> em tangível<sup>7</sup> novamente? Como lidar com a necessidade de assegurar a autenticidade do bem objeto do sinistro? A UNESCO<sup>8</sup>, afirma que “o patrimônio cultural é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas” (UNESCO, 2016), por isso a preocupação em compreender o processo de reconstrução destes tesouros culturais quando acometidos por fenômenos naturais. Nesse sentido, a Carta de Nara afirma:

---

<sup>5</sup> Definição pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>. Acesso em: 10 mar. 2016.

<sup>6</sup> Que não é tangível; em que se não pode tocar, que é impalpável, segundo Dicionário escolar da Língua Portuguesa. (SCOTTINI, 1998).

<sup>7</sup> Que se pode tanger, tocar ou apalpar. Palpável; tocável, possível, alcançável, segundo Dicionário escolar da Língua Portuguesa. (SCOTTINI, 1998).

<sup>8</sup> UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

“A conservação do patrimônio cultural em suas diversas formas e períodos históricos é fundamentada nos valores atribuídos a esse patrimônio. [...] Autenticidade aparece como principal fator de atribuição de valores. O entendimento da autenticidade é papel fundamental dos estudos científicos do patrimônio cultural, nos planos de conservação e restauro” (ICCROM; ICOMOS; UNESCO. Conferência de Nara, 1994: p. 2,3).

O caso de São Luís de Paraitinga é o desfecho do desenvolvimento desse trabalho – segunda parte –, o qual percorre o fluxo de entendimento que se inicia na teoria e se finda na prática. Detalhando mais o estudo de caso, o mesmo percorre essencialmente três etapas, a saber: Contextualização – Destruição – Reconstrução. A primeira etapa, “Contextualização”, explica os antecedentes à destruição, revelando a situação da referida cidade no âmbito do Patrimônio Cultural, sua importância e características gerais. A segunda etapa, “Destruição”, ilustra o evento ocorrido. Por fim, a última e mais detalhada fase “Reconstrução” compreende os objetivos dos planos de reconstrução, analisando certos critérios dentro da esfera metodológica e de decisões de projeto e como tais medidas foram implantadas na realidade do processo de reconstruir a cidade, durante os quatro anos seguintes ao desastre. Apesar de apresentar características urbanas e sociais, no que tange a reconstrução das conexões viárias, da paisagem em geral da cidade, além da participação popular, a análise terá como foco a questão técnica da reconstrução, percorrendo certos métodos construtivos e materiais utilizados.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **I. – Patrimônio Cultural e a Intervenção por Reconstrução**

#### **I.I – Patrimônio Cultural como Objeto de Intervenção**

Antes mesmo de se tornar objeto de intervenção, o patrimônio cultural foi encarado como problema histórico. O conceito de patrimônio, assim como suas possíveis significações, é variado e já percorreu diferentes caminhos a depender do ponto de vista de quem vê. Murilo Marx define patrimônio cultural como o legado da cultura material, ou seja, o testemunho material da cultura e do ambiente humanizado (MARX, 1995). Visando entender melhor a noção de patrimônio cultural, assim como a cronologia da ideia de preservação, Marx estabelece três etapas de estudo, ou três períodos da memória.

Em meados do século XV, quando a memória coletiva contemplava as coisas antigas, voltava-se para o passado e referenciava-se pelos gregos e romanos, a arquitetura recebia, através de Leon Alberti, a divulgação do único Tratado de Arquitetura que chegou até a humanidade, tratado este oriundo do século I, deixado por Vitruvio. A ideia de preservar naquela época não era a mesma da contemporaneidade, portanto, a destruição do testemunho material existente de outro tempo não era vista como algo inadequado ou errado.

O segundo período da memória, estendeu-se dos anos mil e setecentos até o final dos mil e oitocentos, e foi conhecido pela ideia de preservação sistemática, ganhando uma feição sólida que se baseou em dois planos distintos: I – nova forma de intervir; II – atenção institucional sobre testemunhos materiais do passado.

Com o despontar da preservação da memória cultural material, dois conceitos de extrema importância entraram em ação: seleção e classificação por meio de inventário. No âmbito dessa questão, a figura de Viollet Le Duc ganhou destaque. Viollet trabalhou a relação entre forma, função, material e estrutura no campo do entendimento de restauro, abordando a racionalidade da construção e a preciosidade dos detalhes arquitetônicos. Segundo o arquiteto francês, “restaurar um edifício é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca” (VIOUET LE DUC, 2006: p. 29). Em oposição aos ideais pensados por Viollet, surgiu nesse contexto o escritor e crítico britânico John Ruskin. Ele levantou a bandeira da mínima intervenção, da reverência às relíquias do passado, da marca do tempo sobre as construções. Além dessas premissas, acreditava que a arquitetura era uma herança e que foi feita para durar, portanto aconselhava o cuidado rigoroso para que a restauração não fosse necessária.

O arquiteto italiano Camillo Boito apareceu em cena como um moderador, adotando uma posição intermediária entre Viollet e Ruskin. Ele teve contribuição decisiva nas ponderações acerca das intervenções em patrimônio – quanto e até onde intervir. Boito defendia a equivalência de tempos históricos e o respeito às partes do monumento histórico, sendo importante diferenciar os materiais no processo de intervenção, uma vez que era contrário à falsidade. Já o começo do século XX – 1913 – foi marcado pela presença de Alois Reigl, que afirmava que um bem tem vários tipos de valores, os quais não são intrínsecos a ele mesmo, mas são atribuídos sendo, portanto, mutáveis ao longo do tempo.

O terceiro e último período da memória inicia-se nos primeiros anos do século XX e se estende até as suas últimas décadas. Concretiza-se através da consolidação da preservação como nova área de conhecimento e das ideias de juízo de valor, memória e história. Apesar de estarem mais sólidas e fundamentadas, as referidas ideias foram colocadas em xeque quando o mundo assistiu a dois grandes eventos de destruição em massa em meados do século passado – a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais. Com esse cenário de devastação, morte e desastre, como reconstruir as cidades, as construções, a memória, a história?

## **I.II – A Reconstrução como Intervenção Patrimonial**

Em meados do século XX, quando o mundo se viu num cenário de destruição e guerras, no âmbito do patrimônio as preocupações se colocaram de forma mais ampla. Não se tratava apenas de discutir como intervir ou restaurar o construído, mas como proteger o patrimônio em caso de conflito armado ou de que maneira salvaguardar a memória, a história e a identidade materializadas em cidades tornadas pó e escombros. Diante desses novos questionamentos, surgiram documentos que serviram como balizadores para o processo de reconstrução. As conhecidas Cartas Patrimoniais eram resultado do consenso acordado no final de reuniões e conferências sobre o patrimônio cultural.

No que diz respeito à reconstrução, a Carta de Burra é a mais indicada para estudo e reflexão. O documento trata de definições importantes nesse contexto, conceituando quatro termos, a saber: Conservação, Preservação, Restauração e Reconstrução. Após abordar esses assuntos, a carta traz em seus últimos sete artigos a aplicabilidade dos referidos temas, especificando seus procedimentos. A ideia é que haja sempre um grupo de profissionais especializados, o qual deve participar previamente da elaboração do projeto de reconstrução, assim como embasar-se em provas reais – vestígios físicos, informações escritas, fotos – para que exista qualidade e precisão.

Dentro da questão sobre reconstrução, a autenticidade é um tema recorrente. Especificamente, são as Cartas de Nara e de Brasília que priorizam a autenticidade. Além disso, a tese sobre Patrimônio Cultural e Autenticidade desenvolvida pela professora Flaviana Lira, traz a autenticidade empregada em diferentes sentidos. A

autora destaca que a autenticidade surge num contexto moderno onde a verdade não é mais determinada por crenças religiosas ou convenções sociais, mas é criada pelo homem, o qual se torna responsável por essa geração de verdade.

A Carta de Nara ressalta a necessidade de pôr em prática testes de autenticidade, considerando o respeito aos valores sociais e culturais. O debate sobre a globalização e homogeneização traz à tona a importância de valorização cultural das minorias, reforçando que a autenticidade está presente na memória coletiva da humanidade. A autenticidade aparece como um fator importante de atribuição de valor e as fontes documentais de informação são apontadas como balizadores de confiabilidade e originalidade.

A Carta de Brasília retoma o tema da autenticidade, trazendo o foco para a América do Sul. O tema é visto através da regionalidade e diferença entre os países do Sul e do Norte, especificamente europeus, evidenciando a importância da história, a qual gerou uma cultura sincretista e de resistência. Nesse sentido a autenticidade é vista como a veracidade da transmissão do patrimônio, a qual respeita todo e qualquer tipo de diversidade.

É interessante entender como a discussão sobre autenticidade permanece até hoje e está intrínseca e indissociavelmente ligada à ideia de reconstrução. É nessa investigação pormenorizada que o Estado de São Paulo, mais especificamente a cidade de São Luiz do Paraitinga, aparece no rol de lugares assolados pela força da natureza com uma necessidade latente de reconstrução, dentro do cenário patrimonial brasileiro.

### **I.III – O Processo de Reconstrução Patrimonial no Brasil**

Resgatando superficialmente algumas definições estabelecidas e visando entender como o país é afetado num ambiente de destruição, vale evidenciar os dois agentes causadores de destruição – a natureza e o homem. Em relação aos desastres naturais, o Brasil é uma região pouco prejudicada. Em contrapartida, a ação humana, tem crescido e causado grandes danos ao ambiente urbano e/ou rural no qual se encontra inserido. Apesar da história do país apontar um ambiente de estabilidade no que tange o contexto de guerras, de acordo com o documento de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, a ocorrência de desastres



naturais, os quais são consequência indireta das ações humanas, tem aumentado nos últimos anos. É válido lembrar que, além desses desastres, acidentes também são de responsabilidade humana.

Segundo pesquisas recentes, o IPHAN não possui nenhuma espécie de manual ou guia de reconstrução registrado em caso de destruição do patrimônio. É evidente que a experiência e a prática de acontecimentos passados servem de norte e são essenciais na hora de tomada de decisões. Certamente, casos semelhantes recebem o mesmo tratamento e se aperfeiçoam ao longo do tempo, no que diz respeito à catalogação e registro, além do avanço tecnológico dos equipamentos utilizados.

No início do século XXI, o cenário patrimonial no Brasil passou por grandes desafios. A enchente em Goiás Velho, no final de 2001, e o incêndio da Igreja Matriz de Pirenópolis, em 2002, marcaram com muitas lágrimas e sofrimento a herança patrimonial brasileira e o trabalho exaustivo, tanto dos profissionais envolvidos, como da própria comunidade afetada diretamente por essas grandes perdas.

Nos dois exemplos citados é possível identificar as diretrizes escolhidas de reconstrução e como a questão da autenticidade perpassa ambos os casos. Elencando três princípios básicos do conceito de reconstrução e como o patrimônio deve ser tratado nesse contexto, percebe-se o cumprimento por parte dos órgãos competentes de tais orientações. Primeiro, a atitude de utilizar novos materiais é corroborada pela Carta de Burra quando esta faz referência ao processo de reconstrução pela *“introdução na substância existente de materiais diferentes”*. A segunda característica, ainda presente nas recomendações de Burra, na qual a diretriz é reconstruir somente em caso de necessidade. A existência dessa condicional é inegável tanto no caso de Goiás Velho como no de Pirenópolis, uma vez que ambas tiveram seus patrimônios intensamente danificados fisicamente. Por fim, a carta faz menção à importância da utilização de referências e documentos, além da participação efetiva de profissionais especializados na elaboração e acompanhamento de projetos, sendo o terceiro princípio seguido nos processos de reconstrução das cidades goianas após os desastres, no início do século XXI.

As recomendações de Nara são identificadas na maneira como as autoridades competentes se aproximaram do problema no Estado de Goiás e como interviram através da reconstrução. A carta aborda a importância do reconhecimento cultural e

reforça a ideia de que a autenticidade está presente na memória coletiva da humanidade, fato realmente presente nos dois exemplos brasileiros citados, quando ambas as comunidades se viram na competência de reerguer aquilo que foi destruído, reforçando a memória coletiva e a significação patrimonial para a população. É nesse contexto que Goiás Velho e, principalmente, a Igreja de Pirenópolis são tratadas, quando esta última foi reconstruída por demanda da população que não aceitou perder o marco urbano e sentimental da cidade. Finalmente, a relevância dos registros documentais e da presença de profissionais especialistas é reforçada através do tema da autenticidade na Carta de Nara, corroborando mais uma vez o que foi feito nos dois casos de estudo.

## **II. – São Luiz do Paraitinga: Patrimônio e Reconstrução**

### **II.I – Contextualização**

A cidade de São Luiz do Paraitinga–SP abrange uma área de 617 km<sup>2</sup> e sua topografia é montanhosa e serrana. De acordo com o Censo de 2010, a população luizense é composta por mais de 10 mil habitantes e tem a agropecuária como a principal atividade econômica da cidade. A região passou por um processo de crescimento e classificação, conforme detalhado na tabela 01 a seguir:

#### **01 – CRESCIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA**

DATA	CLASSIFICAÇÃO
02.05.1769	Povoação de São Luiz e Santo Antônio do Paraitinga
31.03.1773	Elevada à categoria de Vila
30.04.1857	Elevada à categoria de Cidade
11.06.1873	Recebeu título de “Imperial Cidade de São Luiz do Paraitinga”
05.07.2002	Transformou-se em Estância Turística – A cidade de São Luiz do Paraitinga
26.03.2010	Tombamento do Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga

Fonte: IPHAN. **São Luiz do Paraitinga**. São Paulo: IPHAN, 2010

Os estudos do IPHAN apontam a importância da arquitetura de São Luiz do Paraitinga por ser de estilo colonial e manter características do período produtivo dos barões do café. O Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga foi tombado pelo IPHAN e abrange casarões, capelas, praças, coretos e fontes, ladeiras, ruas e largos, marcos de preservação urbana que trazem relevantes referências espaciais da cidade e caracterizam as fases de sua expansão urbana. O traçado da arquitetura de terra é singular e carrega memória dos períodos colonial e imperial. O conjunto tombado foi classificado em dois setores.

É importante ressaltar que 28 anos antes do tombamento do Centro Histórico da cidade pelo IPHAN, o Centro Histórico luizense já era tombado pelo seu valor histórico pelo Condephaat do Estado de São Paulo. Portanto, na esfera estadual a cidade já tinha seu reconhecimento há quase três décadas, quando da enchente. No âmbito nacional, essa conquista só aconteceu após o desastre de 2010, quando o IPHAN, após quatro anos de estudo e levantamento, decretou tombamento do Centro Histórico da cidade, delimitando perímetro mais abrangente que o definido pela esfera estadual.

Os conjuntos religiosos e de residências urbanas são a identidade de São Luiz do Paraitinga. Reflexo da grandeza do ciclo do café, existe na cidade uma vasta produção arquitetônica relacionada aos sobrados e grandes casas da época, as quais fazem a arquitetura urbana da cidade. Além dessas duas tipologias – religiosa e residencial – uma terceira se destaca por ser de modelo mais popular e simples, as casas térreas.

Além dos bens materiais, a cidade de São Luiz do Paraitinga possui manifestações culturais muito importantes, não só para o Estado de São Paulo, mas em alguns casos em abrangência nacional. É interessante perceber como a cidade é rica tanto arquitetônica como culturalmente.



## II.II – Destruição

A virada de 2009 para 2010 foi bastante diferente de todos os anos novos que a cidade de São Luiz do Paraitinga já vivenciou. Segundo o engenheiro florestal João Paulo Villani, diretor do Núcleo Santa Virgínia do Parque Estadual da Serra do Mar, com base nos dados do INPE, a enchente não foi consequência apenas de um fator, mas, pelo contrário, da multiplicidade deles.

O último inverno foi muito chuvoso, fazendo com que o Rio Paraitinga transbordasse ainda em outubro, fenômeno raríssimo. O fato da chuva ter chegado antes, encharcou de forma absurda a terra, deixando-a saturada e, por consequência, impossibilitando a absorção da água. Portanto, toda chuva desaguava no Rio Paraitinga, ao invés de ser absorvida pelo solo. A força da natureza não foi a única causadora desse desastre, outras causas podem ser elencadas e estão diretamente ligadas às ações do ser humano no que diz respeito às atividades econômicas praticadas na região ao longo dos últimos 150 anos. Uma delas é a compactação do solo, resultado das pastagens formadas na região. O mal manejo está relacionado à utilização de técnicas primitivas para o trato do gado, o que contribui para o empobrecimento da terra. A longo prazo, a terra fica impermeabilizada, impossibilitada de absorver água. A água que cai lava o solo, recolhendo detritos,

restos e terras soltas para os ribeirões, riachos e posteriormente para o rio. Acontece, então, o assoreamento do rio e, conseqüentemente, a ocorrência de enchentes. Por fim, um outro fator importante é a restrita existência de floresta nativa que cobre os municípios que formam a bacia do Rio Paraitinga. A proteção do rio fica comprometida e é prejudicada pela pouca vegetação ciliar.

A água demorou por volta de seis dias para abaixar, toda a população que precisava foi socorrida e, felizmente, ninguém morreu, entretanto, muitos animais não sobreviveram ao desastre. Devido a fatores emocional e psicológico, houve relato de várias mortes por depressão, uma vez que muitas pessoas se depararam com suas vidas mergulhadas na lama, sem solução, após perderem tudo. Segue o mesmo mapa mostrado anteriormente, mas acrescido das marcações referentes às áreas afetadas pela enchente e os locais de alto risco de desmoronamento.



### II.III – Reconstrução

Logo após a tragédia, o Condephaat instalou em São Luiz do Paraitinga uma unidade de atendimento, assim como o IPHAN estabeleceu um escritório na cidade, ambos visando agilidade na aprovação dos projetos de restauração e autorizações para reforma das propriedades atingidas. Alguns conselhos foram revitalizados, quando da perda de vários documentos referentes aos conselhos instituídos

anteriormente às águas. Os luizenses contaram, basicamente, com três conselhos reorganizados, a saber: Conselho de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, com a finalidade de propor medidas emergenciais e elaborar estudos técnicos para o desenvolvimento municipal; Conselho de Meio Ambiente, com objetivo de diagnosticar causas climáticas e ambientais da enchente, além de avaliar as medidas para proteção da área das ações preventivas; e o Conselho de Gestão do Patrimônio Cultural, com o propósito de estudar os casos de restauração de obras tombadas, reconstrução dos imóveis afetados pelo desastre, assim como entorno e centro histórico.

Na época, a cidade possuía 426 imóveis tombados pelo Estado, 18 deles foram arruinados e 65 sofreram alguma espécie de avaria. O processo de tombamento do centro histórico luizense na estância federal passou por uma reavaliação após a enchente e foi aprovado em 23 de março de 2010, garantindo a São Luiz do Paraitinga a presença permanente do Condephaat e do IPHAN, o que significou acompanhamento de perto do trabalho de recuperação e reconstrução da cidade, através da parceria entre as duas instituições, numa relação de contribuição e troca de experiências. A princípio, uma equipe de arquitetos auxiliou a criação dos projetos, avaliando caso a caso, tendo como resultado laudo técnico de cada edifício. O referido documento buscou garantir a manutenção da arquitetura da cidade, portanto abordou questões técnicas de construção e execução, as quais, independentemente de serem tradicionais ou modernas, deveriam visar a unidade do conjunto arquitetônico.

Buscando organização e priorização, os técnicos do IPHAN definiram três frentes de atuação. A primeira focou na própria revisão e adequação dos trabalhos de tombamento já realizados antes da enchente; a segunda teve a ver com o PAC Cidades Históricas na realização de ações vinculadas ao patrimônio cultural através de financiamento federal; e a terceira teve como finalidade gerenciamento da equipe técnica de atuação a campo e empresas contratadas pelo IPHAN.

As primeiras medidas foram relacionadas à limpeza e escoramento das edificações com risco de desmoronamento. Os prédios públicos contaram com a execução de um laudo pericial do IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas, o qual forneceu todas as informações referentes ao estado em que se encontravam os edifícios.

Com o intuito de fornecer dados mais concretos da reconstrução, através das informações contidas no Jornal da Reconstrução, dois casos pontuais foram detalhados, tendo como foco principal a técnica construtiva utilizada, assim como diretrizes de projeto estabelecidas. Os edifícios estudados foram a Igreja Matriz e o Mercado Municipal.

A arquitetura da fé foi a mais atingida pelas águas. As igrejas, principalmente a Igreja Matriz e a Igreja das Mercês, sofreram seríssimos danos, sendo, por esse motivo, priorizadas nos processos de reconstrução e restauro. As definições iniciais previam a introdução de uma nova estrutura de alicerces para proteger as construções de umidade – tanto aquela vinda da chuva, quanto do solo –, além da pretensão de reintroduzir pedaços das paredes que restaram na nova estrutura. Defendida por Paulo Sérgio Galeão, chefe do escritório técnico do IPHAN em Pirenópolis, a utilização da taipa turbinada com cal seria uma excelente solução construtiva para os edifícios religiosos, pois aumentaria a resistência à ação da água, e significaria respeito às técnicas de construção, as quais iniciaram-se na região paulista, com os bandeirantes.

A Igreja Matriz, desde sua construção, em 1840, sempre foi elemento importante na paisagem da cidade, sendo um ponto de referência e marco para São Luiz do Paraitinga. A igreja sofreu algumas mudanças, no decorrer do tempo, e, aos poucos, ganhou grande relevância arquitetônica e religiosa. Após a enchente, o edifício, literalmente, sumiu da paisagem urbana. As diretrizes para reconstrução partiram de três frentes, sendo elas: exterior, estrutura e interior. O projeto para a parte exterior foi realizado seguindo características bastante similares às do edifício anterior, mantendo o mesmo estilo arquitetônico e a volumetria da obra. A estrutura foi totalmente repensada, uma vez que os materiais utilizados foram concreto e tijolo, o que resultou em paredes de 1,4 metro de espessura, menor que as do prédio original. A arquiteta da Diocese de Taubaté, Livia Vierno, afirmou que o objetivo não era criar uma réplica da Igreja anterior, pois isso caracterizaria um falso histórico, mas, de fato, reconstruir a Igreja de forma que esta pudesse dialogar tanto com o passado quanto com o presente. Considerando tais metas, a decisão foi por uma técnica construtiva mais contemporânea, a qual seria mais fácil e agilmente realizada, uma vez que a execução da taipa – técnica construtiva usada no prédio anterior – exigiria pelo menos seis anos para a sua total edificação. A lentidão no

processo da taipa seria decorrente, principalmente, da dependência de luz solar para secar o barro; a mão de obra especializada representaria mais uma dificuldade desse processo tradicional.

O interior do espaço religioso sofreu modificações intensas, a começar pela locação dos novos altares, os quais foram colocados próximo às paredes laterais e não à nave, como antes, gerando espaço mais livre para circulação de pessoas nos corredores. As janelas foram voltadas para o interior da igreja, visando maior aproveitamento da luz natural. Foram mantidos o presbitério no mesmo nível anterior, os capitéis dourados acima dos arcos e a pia de batismo, enquanto novas três sacristias de apoio ao culto foram construídas, além da principal. Os sistemas elétrico e hidráulico foram reconfigurados, recebendo suporte para equipamentos de áudio e vídeo de alta qualidade, além de preparação para instalação de ar condicionado; representando adequação do novo edifício às demandas atuais.

Assim como outros relevantes patrimônios arquitetônicos da cidade, o Mercado Municipal foi construído com grossas paredes de taipa de pilão e sua identidade é formada pelas belas arcadas que circundam o pátio interno e moldam os simétricos corredores, constituindo um conjunto arquitetônico bastante representativo da época. A forte e robusta estrutura do local foi fundamental para vencer a enchente, que suportou oito metros de água, chegando a cobrir o telhado do mercado. O projeto de restauro previu a recomposição das espessas paredes de taipa através de técnicas centenárias, e o uso de revestimento com saibro, objetivando preservação de valor histórico. O prédio ainda possui telhas originais, as quais foram moldadas nas coxas dos escravos, e no telhado, em várias partes, é possível perceber as estruturas antiga e nova. Da mesma forma que a Igreja Matriz recebeu novo suporte para os sistemas hidráulico e elétrico, o Mercado Municipal também se adaptou às novas exigências. Depois de sua restauração, o prédio apresenta maior variedade de cores e é local próprio para feirantes e artesãos quando da realização de eventos na cidade.

O trabalho de restauro não ocorreu apenas nos edifícios da cidade, mas o acervo religioso, como imagens e objetos da igreja, também passou pelo processo de restauração. A empresa contratada tinha uma equipe de funcionários especializada nessa área. Os funcionários garimpavam com muito cuidado a terra, separando as



imagens encontradas, além de pequenos pedaços de vitrais e azulejos. O restauro dessas peças, foi desenvolvido buscando resgatar o material utilizado.

Ao analisar como o processo de reconstrução foi conduzido, principalmente no que diz respeito às obras explicitadas e na própria recuperação das imagens sagradas, a questão da autenticidade deve ser manifesta. Nesse sentido a Carta de Brasília traz duas relações de autenticidade que são perfeitamente aplicáveis nesse cenário, fazendo referência a autenticidade e a sua afinidade com a mensagem transmitida e a materialidade abordada. As recomendações definidas em Brasília trazem à tona a efemeridade da matéria, assim como a necessidade de atualização e substituição de materiais.

A participação de São Luiz do Paraitinga no PAC – Plano de Ação – para as Cidades Históricas trouxe financiamento e valorização para o patrimônio local. O programa do governo federal foi aderido pela cidade em março de 2010 e sua operação é de responsabilidade do IPHAN. Uma das metas mais importantes é o desenvolvimento da infraestrutura da região e planejamento de ações voltadas para preservação e reconstrução da cidade.

Nesse mesmo contexto de financiamento e valorização, o governo federal investiu em São Luiz do Paraitinga, financiando o projeto de Fiação e Alimentação Subterrânea de Energia Elétrica e Telefonia. O projeto previu a reformulação das fiações elétricas do Centro Histórico luizense, transformando-as em sistemas subterrâneos, diminuindo consideravelmente a poluição visual, a qual se sobrepõe ao patrimônio arquitetônico da cidade. A alteração na paisagem urbana garantiu a valorização do conjunto arquitetônico, através de uma leitura mais clara e harmônica do todo, e não somente das partes. Essa tomada de decisão de limpar a vista do Centro Histórico luizense através da implantação do sistema de fiação subterrâneo é um excelente exemplo na prática de como a autenticidade, abordada na Carta de Brasília, possui uma relação direta e muito forte com o contexto.

Durante o processo de reconstrução, projetos de caráter acadêmico e educativo foram desenvolvidos. A restauração das Igrejas Matriz e das Mercês pode ser acompanhada através da exposição com as peças encontradas de cada uma delas. Painéis educativos e maquetes foram construídas, demonstrando todo o trabalho de reconstrução dos templos. Uma parceria entre a UNESP e UNITAU desenvolveu o canteiro aberto, possibilitando o acompanhamento da reconstrução, além da

promoção de eventos e palestras sobre todo o processo que a cidade encarou após a enchente. Os planos especiais de visitação foram acompanhados por profissionais, os quais explicavam minuciosamente o trabalho feito nos canteiros.

Após o desastre, São Luiz do Paraitinga recebeu um plano de arquitetura, urbanização e paisagismo, o qual foi coordenado pelo professor e arquiteto José Xaides, juntamente com um grupo de 12 alunos na Universidade Estadual Paulista. A proposta foi baseada no conceito de cidade permeável, que prega convivência harmônica entre a cidade e o rio. A ideia previu mudanças de cunho urbanístico evitando desastres futuros. O projeto englobou a utilização de equipamentos públicos como obstáculos para a água; a força da água é reduzida por esses equipamentos, fazendo com que a água que corria para o Centro Histórico flua diretamente para o leito do rio.

Investimentos para a reconstrução da cidade vieram das instâncias pública e privada. São Luiz do Paraitinga recebeu do Ministério da Cultura aproximadamente 10 milhões de reais para o restauro de seu conjunto arquitetônico.

Em síntese, o estudo luizense revela a preocupação do processo de reconstrução na utilização de novos materiais, na justificativa de comprometimento da integridade física dos bens danificados e na utilização de registros documentais e grupos especializados durante todo o processo, esta última característica também referenciada no conceito de objeto autêntico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A perda, de alguma forma, estimula, na maioria das vezes, o processo de reflexão e reconhecimento daquilo que foi embora. É interessante notar como esse fato se mostrou presente nos tempos passados no que tange o assunto do patrimônio, principalmente no século XX, quando da destruição em massa do ser humano e de suas obras, sejam elas arquitetônicas, urbanas, dentre outras.

São Luiz do Paraitinga surgiu como uma oportunidade de aprofundar os temas estudados e conhecer de perto o processo de reconstrução. Por consequência do destino ou benção dos céus, São Luiz do Paraitinga logo antes de sofrer com a enchente de 2010, havia passado por um processo completo de levantamento de suas edificações, tendo registrados os valores arquitetônicos da cidade através de

documentos e fotografias, uma vez que o IPHAN pretendia realizar o tombamento da cidade. Os registros realizados ajudaram de maneira única no processo de reconstruir o que se havia perdido, pois serviram de referência, corroborando as ideias transmitidas nas Cartas de Burra e Nara. Se a sorte foi presente no caso de São Luiz do Paraitinga, talvez ela não apareça em desastres futuros brasileiros. E então, a partir daí indaga-se: como reconstruir se não há registros documentais? É necessário investimento de tempo e dinheiro no processo de levantamento das preciosidades do Brasil, não sendo essa necessidade restrita apenas a estância nacional. Os estados precisam de forma ativa realizar esses estudos a fim de se prevenir em casos de desastres naturais. A preocupação com o patrimônio não se limita apenas aos registros documentais, mas se estende à falta de padronização no tratamento desse problema.

A proposta de realizar algo totalmente inovador no campo do patrimônio brasileiro esbarra justamente nessa questão social: como convencer a população local de que o diferente pode ser melhor? Primeiramente, órgãos patrimoniais, como o Condephaat e o IPHAN precisariam defender tais ideias para, posteriormente, abrir um campo de debate e discussão com a população. No Brasil esse tipo de pensamento não é bem aceito e por isso sua discussão é restrita ao âmbito do ensino, nas faculdades e universidades do país. Nessa linha inovadora, talvez olhar para os casos internacionais de intervenção patrimonial bem-sucedidos seja uma estratégia inteligente para repensar a forma como, no Brasil, a questão patrimonial no contexto de reconstrução é encarada.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Falta de registro deixa vulneráveis 90% do patrimônio histórico do país, denuncia entidade.** Paraná: Gazeta do Povo, 2010.

Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/falta-de-registro-deixa-vulneraveis-90-do-patrimonio-historico-do-pais-denuncia-entidade-bj1yzc0vi3q5if3zwf2t71jda>. Acesso em 14 mai. 2016.

ALMEIDA, Eneida de. **L'Architettura Futurista: o manifesto de Antonio Sant'Elia.** São Paulo: Universidade São Judas Tadeu, 2013.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade.** São Paulo: Perspectiva, 2001. *In* Arquitetando.

**Hausmann e a Reforma de Paris**, 11 abr. 2009. Disponível em <https://arquitetandoblog.wordpress.com/2009/04/08/hausmann-e-a-reforma-de-paris/>. Acesso em 25 mar. 2016.

BERTONI, Pedro; MARINHO, Clarice. **Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais: A Visão do Planejamento.** Brasília: VI Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2013.

BOESIGER, W; GIRSBERGER, H. **Le Corbusier: 1910-1965**. Barcelona: Gustavo Gili, 1971. *In* Plano Cidade. **Plan Voisin, de Le Corbusier**, 24 jul. 2010. Disponível em <https://planocidade.wordpress.com/2010/07/24/plan-voisin-de-le-corbusier/>. Acesso em 25 mar. 2016.

BOITO, Camillo. **Os Restauradores: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884**. Apresentação e tradução Beatriz Mugayar Kuhl; revisão Renata Maria Parreira Cordeiro – 3ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil – Artigo 216**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. Diz respeito do Tombamento do Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 26 mar. 2010. Seção III: p.14.

CONE SUL. **Carta de Brasília**. Brasília: IPHAN, 1995.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN, 1995.

CARELILI, Leon. **Pirenópolis em Chamas há 13 anos – O incêndio que destruiu a igreja mais antiga do Estado há 13 anos**. Goiás: Diário da Manhã, 2015. Disponível em <http://www.dm.com.br/cultura/2015/09/pirenopolis-em-chamas-ha-13-anos.html>. Acesso em 14 mai. 2016.

FITCH, James M. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico**. São Paulo: FAUUSP, 1981.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins. **Reconceituações contemporâneas do Patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011.

HARVEY, William Robert. *Authencity and experience quality among visitors at a historicvillage*. Dissertação de mestrado. Blacksburg: Virginia Polytechnic Institute and State University, 2004, *in* LIRA, Flaviana Barreto. **Patrimônio Cultural e Autenticidade**: Montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

ICCROM; ICOMOS; UNESCO. **Conferência de Nara**. Nara: IPHAN, 1994.

IPHAN. São Luiz do Paraitinga. São Paulo: IPHAN, 2010. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/388/>. Acesso em: 17 abr. 2016

JORNAL DA GLOBO. **Técnicos do Iphan de Goiás vão ajudar a reconstrução de Paraitinga**. G1: São Paulo, 2010. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL1438961-5605,00-TECNICOS+DO+IPHAN+DE+GO+VAO+AJUDAR+NA+RECONSTRUCAO+DE+PARAITINGA.html>. Acesso em: 14 mai. 2016.

LIEBERT, Paulo; PATRÍCIO, Jose. **São Luiz do Paraitinga: passado e presente**. Olhar sobre o mundo. São Paulo: O Estadão, 2010. Disponível em <http://blogs.estadao.com.br/olhar-sobre-o-mundo/sao-luis-do-paraitinga-passado-e-presente/>. Acesso em: 14 mai. 2016.

LIRA, Flaviana Barreto. **Patrimônio Cultural e Autenticidade**: Montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

LOURES, Ângela. **Jornal da Reconstrução**. São Luiz do Paraitinga: Luiz Egypto, 2010.

MARX, Murilo. **O moderno inventa o antigo**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP, 1995.

MOREIRA, Iara Verocai Dias. **Avaliação de Impacto Ambiental – AIA**, Assessoria Técnica da Presidência. Rio de Janeiro: FEEMA, 1985.

NASCIMENTO, Camila. **Trabalho de reconstrução envolve memória da população**. São Paulo: IG, 2010. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/reconstrucao/trabalho+de+reconstrucao+envolve+memoria+da+populacao/n1237588989758.html>. Acesso em: 15 mai. 2016

PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

**Regulamento de Ensaio de Teoria e História**. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 1989.

UNESCO. **Representação da UNESCO no Brasil**. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 13 mar. 2016.

Disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage>. Acesso em: 13 mar. 2016

ROSSI, Aldo. **Projeto arquitetônico como expressão da tensão entre permanência e transformação**. 2008.

RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória**. Apresentação e tradução Maria Lucia Bressan Pinheiro; revisão Beatriz Cladys Mugayar Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

SCHLEE, Andrey, FERREIRA, Oscar e MEDEIROS, Ana Elisabete. Igreja Matriz de Pirenópolis – PROAU 8, Técnicas Retrospectivas. Notas de aula. Brasília: FAU/UnB, 2003.

SÃO PAULO. Resolução n.º 55, de 13 de maio de 1982. Diz respeito do Tombamento do Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga. **Diário Oficial [do Estado de São Paulo]**, São Paulo, SP, 28 mai. 1982. Seção I: p.21-24.

PREFEITURA MUNICIPAL. **São Luiz do Paraitinga – A Cidade**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2016. Disponível em <http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/site/>. Acesso em: 16 abr. 2016

SCOTTINI, Alfredo. **Dicionário escolar da Língua Portuguesa**. Blumenau: Brasileitura, 1998.

VIOLLET LE DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Apresentação e tradução Beatriz MugayarKuhl; revisão Renata Maria Parreira Cordeiro – 3ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.